

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
COORDENADORIA DE GESTÃO DO CADASTRO  
SEÇÃO DE FREQUÊNCIA****TERMO DE REFERÊNCIA****I - Objeto** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

I.1. Contratação de serviços de manutenção corretiva de relógios de ponto biométrico da marca Henry, modelo Primme Acesso SF, incluindo fornecimento de software de gerenciamento de ponto eletrônico para registro de frequência dos servidores do TRE-RJ, além de treinamento de pessoal e eventual instalação ou remanejamento de relógios de ponto biométrico.

I.2. Destacamos que em 2022, em procedimento licitatório anterior (SEI nº 2020.0.000040374-0), foram adquiridos 206 relógios de ponto biométrico e seria antieconômico substituí-los. Desta forma, considerando que o parque de relógios de ponto está em pleno funcionamento, serão estes os equipamentos utilizados para coleta biométrica, motivo pelo qual sua marca e modelo estão indicadas no presente Termo de Referência. Destaque-se, por fim, que atualmente este Tribunal possui 147 relógios de ponto instalados e 59 em estoque para futuras instalações ou substituições.

I.3. Seguem as especificações da contratação:

Item	Descrição	CATSER	Unidade	Quantidade	Marca e modelo de referência
1	Fornecimento de software de gerenciamento de ponto eletrônico com garantia de 60 meses	25992	Licença	1	Sistema Integrador
2	Manutenção corretiva de relógios de ponto biométrico *	3514	Parque	1	Marca Henry, modelo Primme Acesso SF
3	Treinamento da solução	25992	Horas	20	Sistema integrador
4	Instalação ou remanejamento de relógio de ponto biométrico	3514	Serviço	25	Marca Henry, modelo Primme Acesso SF

**\* vide item III.2.4**

**II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

II.1. O presente Termo de Referência foi precedido de Estudo Técnico Preliminar (ID 4841404) aprovado em 24/02/2026, pela Secretária de Gestão de Pessoas em Substituição, no ID 4851267. A contratação consta no Plano de Contratações Anual 2026 item 68.

II.2. A presente contratação se alinha ao objetivo OE 10 - APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DA TRANSFORMAÇÃO do Plano Estratégico TRE-RJ.

### **III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)**

#### **III.1. Software para a gestão de ponto eletrônico, com as seguintes características:**

- III.1.1. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá permitir a gerência dos relógios de ponto biométrico da marca Henry, modelo Primme Acesso SF, já existentes no Tribunal;
- III.1.2. Integração do software de gerenciamento de ponto eletrônico com o Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos - SGRH, a ser realizada por técnicos da empresa contratada em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-RJ;
- III.1.3. Todos os dados de configuração, biometria, cadastro de usuários, registros de entradas e saídas e outros utilizados pelo software de gerenciamento de ponto eletrônico deverão ser armazenados no banco de dados disponibilizado pelo Tribunal, a saber, SGBD Oracle (versão 19c ou superior);
- III.1.4. Caso a solução utilize modelo Cliente-Servidor, o computador servidor em que será executado o software de gerenciamento de ponto eletrônico poderá ser fornecido pelo TRE-RJ em ambiente de virtualização VMware ESXi 8 ou superior;
- III.1.5. Os sistemas operacionais fornecidos pelo TRE-RJ no ambiente de virtualização descrito no item acima poderão ser: Windows Server 2022, Red Hat Enterprise Linux 9, Rocky Linux 9, Oracle Linux 9 ou versões superiores;
- III.1.6. Caso a solução ofertada dependa da instalação de um appliance específico (software + hardware), estes deverão ser fornecidos pela empresa contratada;
- III.1.7. Deverão ser fornecidas informações detalhadas sobre campos, tabelas, views e formato de dados, com o intuito de propiciar a correta integração e utilização dos dados por sistemas proprietários do Tribunal;
- III.1.8. O software deverá gerenciar de forma integrada todos os relógios de ponto biométrico que estiverem conectados na rede local;
- III.1.9. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá possibilitar ajustes de funcionalidades e configuração remota dos relógios de ponto biométrico, por meio da rede local e/ou remota;
- III.1.10. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá prover funcionalidade para alimentar os relógios de ponto biométrico com as matrículas e digitais armazenadas no banco de dados e, também que permita extrair os registros locais do relógio de ponto biométrico para o banco de dados;
- III.1.11. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá possibilitar a transferência de registros entre os relógios de ponto biométrico conectados à rede de dados;
- III.1.12. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá possibilitar ajuste remoto da forma de coleta, devendo ser online (instantânea, por meio da rede) e offline (com agendamento de horário);
- III.1.13. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá possibilitar o ajuste das formas de comunicação entre o gerenciador e os relógios de ponto biométrico;
- III.1.14. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá permitir o cadastramento de servidores com o número de crachá, bem como dos servidores que marcam ponto com cartão em PVC com chip inteligente de tecnologia de proximidade sem contato;
- III.1.15. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá permitir o cadastramento de usuários com perfil de Administrador;
- III.1.16. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá possibilitar a importação de marcação de ponto por meio de arquivos gerados pelos relógios de ponto biométrico;

III.1.17. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá receber atualizações de segurança e que garantam sua funcionalidade durante a vigência do contrato, sem incidir em custo adicional ao Tribunal;

III.1.18. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá ser fornecido com previsão de uso simultâneo nos computadores da Seção de Frequência do TRE-RJ.

III.1.19. Implementação no servidor disponibilizado pelo TRE-RJ;

III.1.20. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deve ter capacidade para abranger pelo menos 1500 servidores ativos e 206 relógios de ponto biométrico.

III.1.21. Quanto a integração, deve-se seguir as seguintes diretrizes: (1) possibilidade de acesso aos registros de ponto ocorridos diretamente na base de dados do sistema, preferencialmente Oracle Database, ou via API plenamente documentada, (2) possibilidade de atualizar-se (inclusão, alteração e exclusão dos registros das pessoas, com nome, unidade de lotação, matrícula e/ou número de crachá), diretamente no banco de dados (preferencialmente Oracle Database), ou via API plenamente documentada. Caso o sistema de gerenciamento de banco de dados (SGBD) utilizado pela aplicação não seja Oracle Database, tal software deve ser fornecido pela empresa e seus requisitos de hardware previamente informados e submetidos à SEPROD manifestação, bem como os requisitos do servidor de aplicação propriamente dito.

### **III.2. Serviço de manutenção dos equipamentos de controle de acesso com identificação biométrica e proximidade.**

III.2.1. A empresa deverá fornecer todo o material e mão de obra necessária para a manutenção dos relógios de ponto biométrico nas unidades do TRE-RJ, com escopo estadual, cabendo ao TRE-RJ apenas o fornecimento da infraestrutura elétrica e física básica (tomada de energia elétrica e cabeamento de rede) bem como fornecimento de relógio de ponto sobressalente no caso da ocorrência mencionada no item III.2.3.;

III.2.2. Na prestação de assistência técnica para o parque de relógios de ponto biométrico de ponto, para o caso de defeito parcial do equipamento, o reparo deve contar com fornecimento de peças originais inclusas (marca Henry, modelo Primme Acesso SF);

III.2.3. Na prestação de assistência técnica, caso configurada a inutilização completa do relógio de ponto, a CONTRATADA poderá solicitar ao CONTRATANTE uma unidade de relógio de ponto sobressalente para substituição, respeitado o limite do estoque restante após subtração de 10 unidades de reserva de contingência para novas instalações. Ou seja, considerando o montante atual de 59 unidades em estoque, poderão ser solicitados até 49 unidades para substituições, caso configurada a inutilização completa do relógio de ponto, durante a vigência do contrato celebrado. A configuração da inutilização deve ser precedida de detalhamento em ordem de serviço com apresentação imediata à Seção de Frequência do TRE-RJ, a quem caberá autorizar a retirada do relógio de ponto sobressalente;

III.2.4. Para garantir maior previsibilidade e reduzir os custos da proposta, estabelece-se o limite de 145 ocorrências durante os 60 meses de vigência contratual (média de 29 manutenções por ano), reservado o direito da contratante acrescentar uma margem de até 10% (dez por cento) no número de ocorrências. Este total soma as demandas previstas nos itens III.2.1 e III.2.2 e baseia-se no histórico de 57 ocorrências registradas entre janeiro de 2024 e dezembro de 2025.

III.2.5. Os serviços de manutenção deverão ser realizados em dias úteis (de segunda a sexta-feira) das 11h às 19h;

III.2.6. Os endereços das unidades constam no site do TRE-RJ (<https://www.tre-rj.jus.br/institucional/enderecos-e-telefones/consulta-de-enderecos-e-telefones-das-zonas-eleitorais>).

### **III.3. Serviço de Treinamento para capacitação dos usuários da Seção de Frequência do TRE-RJ:**

III.3.1. A CONTRATADA deverá ofertar treinamento da solução, com conteúdo abrangendo a configuração e funcionamento dos relógios de ponto biométrico, além da instalação, configuração e utilização do sistema de gerenciamento para até 10 (dez) servidores indicados pelo TRE/RJ.

III.3.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar material e funcionário devidamente habilitado ao repasse de informações para o treinamento e capacitação aos servidores do TRE/RJ, na modalidade de turma online ou presencial, com carga horária máxima de 20 horas.

III.3.3. A CONTRATADA deverá ministrar treinamento para os servidores indicados pela CONTRATANTE, no que se refere a coleta de biometria, configuração dos relógios de ponto biométrico e utilização da área administrativa do software de gerenciamento de ponto eletrônico.

III.3.4. O treinamento deverá ser realizado nos endereços e/ou locais indicados pela CONTRATANTE e tem por objetivo demonstrar a utilização, configuração e ativação dos relógios de ponto biométrico e as funcionalidades do software de gerenciamento de ponto eletrônico, bem como a integração entre a solução contratada e os sistemas de frequência já em uso pelo TRE/RJ, ministrado na cidade do Rio de Janeiro, nas dependências do TRE/RJ.

III.3.5. A CONTRATADA deverá fornecer o material didático necessário ao treinamento, tais como manuais, apostilas e outros que possam auxiliar os servidores do TRE-RJ na continuidade do uso do software de gerenciamento de ponto eletrônico e dos relógios de ponto biométrico.

III.3.6. Os custos relativos ao treinamento serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo nenhum ônus à CONTRATANTE.

III.3.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar instrutor com capacitação e experiência didático-pedagógicas necessários à realização do treinamento.

III.3.8. O treinamento deverá ter duração máxima de 4 (quatro) horas diárias e deverá ser realizado em dias úteis (de segunda a sexta-feira) e preferencialmente consecutivos, no horário de 11h às 19h, com duração total máxima de 20 (vinte) horas, em horário a ser estabelecido em conjunto com Seção de Frequência do TRE/RJ.

III.3.9. O treinamento deverá ser ministrado na cidade do Rio de Janeiro, nas dependências do CONTRATANTE.

#### **III.4. Serviços sob Demanda (Instalação)**

III.4.1. Disponibilidade de serviço técnico para novas instalações ou remanejamento de relógios de ponto biométrico nas unidades administrativas e Zonas Eleitorais, mediante pagamento de valor previamente estipulado e conforme a demanda, com limite de 25 instalações nos 60 meses de contrato propostos.

#### **IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)**

IV.1. Os serviços são de natureza continuada, considerando que o suporte técnico e a manutenção serão prestados de forma contínua;

IV.2. Os serviços são considerados comuns;

IV.3. As unidades de medida adotadas para a contratação serão a unidade de licença do software de gerenciamento de ponto eletrônico instalado, a unidade de relógio de ponto biométrico para manutenção, a unidade de horas de treinamento e a unidade de serviço de instalação de relógio de ponto biométrico;

IV.4. A vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A contratação por este período fundamenta-se no Art. 106 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela natureza contínua e essencial do controle de jornada, o que exige uma solução tecnológica estável e imune a interrupções que comprometeriam a gestão de pessoas e a segurança jurídica dos dados funcionais. Sob o prisma da economicidade, a vigência contratual de 60 meses permite a obtenção de preços mais competitivos mediante ganhos de escala e a diluição dos custos de implementação, além de promover uma redução drástica nos custos administrativos e operacionais ao evitar a repetição cíclica de processos licitatórios onerosos. Ademais, o prazo extenso assegura a padronização da manutenção parque de relógios de ponto, garantindo a compatibilidade técnica, a integridade das migrações biométricas e o aproveitamento

da curva de aprendizado dos usuários, configurando-se como a estratégia que melhor concilia a eficiência orçamentária com a continuidade administrativa no Tribunal.

## **V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

- V.1. Todo serviço de manutenção dos relógios de ponto biométrico e/ou do sistema integrador, deverá ser realizado em dias úteis (de segunda a sexta) das 11h às 19h;
- V.2. O software de gerenciamento de ponto eletrônico deverá manter comunicação e compatibilidade com o sistema gerenciador de banco de dados Oracle deste Tribunal;
- V.3. As manutenções do software de gerenciamento de ponto eletrônico serão acompanhadas por técnicos da Seção de Produção do TRE/RJ, agendada previamente em dia útil, no horário de 11h às 19h;
- V.4. O suporte e configurações adicionais do software de gerenciamento dos relógios de ponto biométrico serão acompanhados por servidores da Seção de Frequência e, quando necessário, por técnicos da Seção de Produção, agendada previamente em dia útil, no horário de 11h às 19h.
- V.5. A CONTRATADA deverá encaminhar, quando solicitado, banco, agência e número da conta corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com número do CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal.
- V.6. Deverá haver uma Central de Atendimento para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 19h00), indicando 0800 ou número local, ou ainda uma Central de Atendimento 24 horas através de aplicação via Internet. Em ambos os casos o prazo para atendimento do chamado iniciará no dia útil seguinte ao envio da solicitação.
- V.7. O atendimento relativo ao software de gerenciamento de ponto eletrônico dar-se-á preferencialmente de forma remota ou, quando necessário, mediante manutenção corretiva presencial (on-site) nas dependências do TRE-RJ localizadas na Capital. O suporte aos relógios de ponto biométrico ocorrerá obrigatoriamente na modalidade on-site, abrangendo todas as unidades do Tribunal no Estado do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, as atividades serão realizadas em dias úteis, preferencialmente durante o horário de expediente (11h às 19h), ou em horário diverso mediante prévia anuência do Contratante. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados e compreenderão a cobertura integral de defeitos, incluindo ajustes, reparos e a substituição de peças ou componentes (mecânicos ou eletrônicos), sem qualquer ônus adicional para a Administração, observados os prazos estabelecidos neste termo de referência. Será realizada reunião inicial de alinhamento em data e hora acordados após a assinatura do contrato.
- V.8. Os chamados referentes aos relógios de ponto biométrico deverão ser atendidos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do dia útil seguinte à abertura do chamado, com a cobertura sendo a Sede, Unidades Administrativas e Cartórios Eleitorais e/ou Centrais de Atendimento ao Eleitor, em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.
- V.9. Os chamados referentes ao software de gerenciamento de ponto eletrônico não poderão exceder 72 (setenta e duas) horas para solução, contadas a partir da abertura do chamado.
- V.10. Em casos de interrupção do serviço, por problemas no software de gerenciamento de ponto eletrônico, o serviço deverá ser restabelecido pela CONTRATADA, em até 01 (um) dia útil.
- V.11. Em caso de ocorrência de atrasos no atendimento por motivo fortuito/força maior, a CONTRATADA deverá encaminhar justificativa por escrito cabendo ao Contratante decidir pela procedência ou não do pedido.
- V.12. A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos por outros de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela CONTRATADA, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do TRE-RJ. Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho igual ou superior aos utilizados na fabricação do equipamento, sendo sempre “novos e de primeiro uso”.

- V.13. Não haverá limite para o número de chamados abertos para demandas de manutenção corretiva;
- V.14. Para fins de procedimentos de transição e finalização de contrato, durante os 30 (trinta) dias anteriores ao encerramento do contrato a CONTRATADA deverá apresentar todas as informações e documentos pertinentes ao serviço que lhe forem solicitados, de forma a permitir sua continuidade sem qualquer prejuízo ao funcionamento do TRE-RJ.
- V.15. O TRE-RJ efetuará o pagamento do serviço mediante emissão da nota de empenho e termo de contrato, que deverá ser aceito ou assinado pela empresa CONTRATADA em, no máximo, 5 dias úteis, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis;
- V.16. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ;
- V.17. Serão verificadas, através do SICAF e de outros meios, as condições de habilitação da empresa;
- V.18. Quaisquer dúvidas suscitadas pela contratada deverão ser encaminhadas por escrito para o endereço e-mail **sefreq@tre-rj.jus.br**.

## **VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)**

### **VI.1 - AGENTES QUE PARTICIPARÃO DA GESTÃO DO CONTRATO**

VI.1.1. Gestor Contratual: RAPHAEL AUGUSTO PEREIRA DE AMORIM (Chefe da Seção de Frequência)

É o titular da área demandante, responsável por representar os interesses do TRE no contexto desta contratação, pela aprovação da necessidade e, por fim, pela negociação das ações necessárias para que os objetivos sejam alcançados.

VI.1.2. Fiscal Demandante do Contrato: ALBERTO HENRIQUE DE MENDONÇA FILHO (Assistente I da Seção de Frequência)

Servidor representante da seção demandante, indicado pelo dirigente da unidade demandante para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais da solução.

VI.1.3. Fiscal Demandante Substituto do Contrato: GERALDO AUGUSTO DE LEMOS BELLUCCO (servidor da Seção de Frequência)

Servidor representante da seção demandante, indicado pelo dirigente da unidade demandante para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais da solução em substituição ao fiscal demandante titular.

VI.1.4. As funções de Fiscal Administrativo do Contrato podem ser exercidas por diversas unidades do Tribunal, não cabendo, portanto, a um único servidor, conforme parecer da Assessoria Jurídica no protocolo nº 68.810/2015.

VI.1.5. Preposto da Empresa: interlocutor, indicado pela CONTRATADA no ato da assinatura do instrumento contratual, responsável por tratar os aspectos técnicos, operacionais e administrativos do contrato junto ao Tribunal.

### **VI.2 - COMUNICAÇÃO ENTRE OS AGENTES**

VI.2.1. A Equipe de Gestão da Contratação acompanhará a execução contratual por meio das seguintes ferramentas: reunião inicial de alinhamento, reuniões agendadas, caso se entenda a necessidade, e de acompanhamento presencial no local de realização dos serviços, caso seja necessário.

VI.2.2. Além das modalidades acima, será feito o uso de ligações telefônicas e/ou chamadas de vídeo a fim de agilizar eventuais tratativas.

## **VI.3 - CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE FISCALIZAÇÃO**

### **VI.3.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

VI.3.1.1. Realizar as parametrizações do software de gerenciamento de ponto eletrônico, necessárias a atender as regras da CONTRATANTE;

VI.3.1.2. Manter a licença do software de gerenciamento de ponto eletrônico atualizada, de acordo com a última versão disponível, realizando todas as correções e evoluções necessárias, sem custo adicional;

VI.3.1.3. Atender aos princípios básicos da segurança da informação, garantindo a disponibilidade, integridade e privacidade das informações de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, armazenadas na base de dados sob sua responsabilidade;

VI.3.1.4. Manter os equipamentos, realizando soluções de problemas, com substituição de peças sempre que necessário, de modo a manter o funcionamento pleno da solução;

VI.3.1.5. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à União ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em virtude deles;

VI.3.1.6. Manifestar-se, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pela CONTRATANTE, a partir da ciência, no prazo máximo de 5 (cinco) dias e garantindo-lhe, inclusive o acesso a documentos relativos aos serviços executados ou em execução;

VI.3.1.7. Responsabilizar-se pelo total atendimento das especificações do objeto licitado, ficando sujeita às penalidades previstas em caso de descumprimento;

VI.3.1.8. Cumprir rigorosamente os prazos especificados neste Instrumento;

VI.3.1.9. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

VI.3.1.10. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

VI.3.1.11. Responsabilizar-se pelo objeto do presente contrato, não transferindo ou cedendo o mesmo a terceiros, no todo ou em parte;

VI.3.1.12. Autorizar à CONTRATANTE o acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021;

VI.3.1.13. Comunicar à CONTRATANTE, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

### **VI.3.2 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

VI.3.2.1. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução das atividades referentes ao objeto desta contratação;

VI.3.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

VI.3.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto através de comissão ou servidor especialmente designado.

VI.3.2.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Edital e seus Anexos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

VI.3.2.5. Arcar com as despesas decorrentes do preparo das instalações de rede física ou elétrica que porventura forem necessárias à ligação dos equipamentos, obedecendo às especificações técnicas fornecidas pela CONTRATADA;

VI.3.2.6. Providenciar junto ao responsável pela gestão patrimonial da Secretaria de Administração, do parque de hardware do TRE/RJ, a disponibilização e fixação de etiquetas nos equipamentos de ponto eletrônico;

VI.3.2.7. Apoiar e disponibilizar recursos ao serviço de implantação e disponibilização do software de gerenciamento de ponto eletrônico, através da equipe técnica da Secretaria de Tecnologia de Informação.

VI.3.2.8. Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e fornecer orientações sobre todos os casos omissos do presente instrumento;

VI.3.2.9. Notificar por escrito a CONTRATADA ao ser verificado qualquer problema no fornecimento do material dos serviços prestados. Poderá ser ordenada a suspensão dos serviços e respectivos pagamentos, se dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da notificação, a reclamação não for atendida, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita;

VI.3.2.10. Fornecer recursos para a instalação do software de gerenciamento de ponto eletrônico a ser executado pela CONTRATADA em equipamento servidor definido pela Seção de Produção do TRE/RJ.

VI.3.2.11. Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

VI.3.2.12. Disponibilizar a rede elétrica e lógica dos locais indicados para uso de relógios de ponto biométrico.

### **VI.3.3 - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS ÀS PARTES**

VI.3.3.1 As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente os artigos 6º, 42, 46 e 52, e da Resolução TSE nº 23.650/2021, especialmente os artigos 3º, 13 e 14, e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei e na referida resolução, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

VI.3.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações — em especial os dados pessoais e dados sensíveis — repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital e do instrumento contratual.

VI.3.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

### **VI.4 - DAS SITUAÇÕES PASSÍVEIS DE APLICAÇÃO DE MULTA**

VI.4.1. As situações que ensejam aplicação de multa estão descritas nos itens VI.4.2 e VI.4.3, aos quais corresponderão valores de multa em percentuais do valor mensal do contrato, conforme tabela abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------



	(% sobre o valor mensal do contrato)
1	0,5% a 2%
2	3% a 5%
3	6% a 10%
4	20%
5	30%

VI.4.2. São situações passíveis de aplicação de multas por inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de concluir a manutenção corretiva de relógio de ponto biométrico em até 48 horas úteis a contar da abertura do chamado	1	Por ocorrência
2	Deixar de restabelecer o funcionamento do software de gerenciamento de ponto eletrônico após interrupção por falha do próprio sistema, em até 24 horas úteis, a contar do recebimento do chamado	2	Por ocorrência
3	Deixar de concluir a manutenção do software de gerenciamento de ponto eletrônico em até 72 horas úteis a contar do recebimento do chamado	3	Por ocorrência
4	Reincidência de falhas no software em anos eleitorais (anos pares) que comprometam a apuração da frequência em larga escala	4	Por ocorrência
5	Inexecução total por abandono da manutenção dos relógios de ponto ou indisponibilidade permanente do software de gerenciamento de ponto eletrônico, em anos eleitorais.	5	Por ocorrência

VI.4.3. Quanto à dosimetria das sanções, optou-se pela utilização dos graus 1 a 3 para as ocorrências cotidianas de manutenção e suporte, reservando-se os graus 4 e 5 para situações de excepcional gravidade ou inexecução contratual, garantindo assim a observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, conforme pacificado pela jurisprudência do Tribunal de Contas (TCU).

## **VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

VII.1. A liquidação da despesa, para fins de faturamento e pagamento do serviço prestado, iniciar-se-á com a fase de medição, com periodicidade mensal. Esta fase se subdivide em:

VII.1.1. Medição quantitativa, realizada através da análise da documentação comprobatória da realização dos serviços de acordo com os chamados atendidos;

VII.1.2. Medição qualitativa, através da aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, cujo resultado poderá implicar no ajuste do valor para pagamento, conforme critérios definidos no item VII.3.6.

VII.2. Deverá a contratada encaminhar por e-mail até o terceiro dia útil do mês subsequente:

VII.2.1 Relatório do responsável técnico assinado;

VII.2.2 Checklist de manutenção preventiva, quando necessária;

VII.2.3 Comprovantes de manutenções corretivas quando solicitadas;

VII.2.4 Os comprovantes de realização de manutenção preventiva e corretiva deverão estar preenchidos e assinados pelo responsável técnico e por um dos fiscais de contrato.

### VII.3. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

VII.3.1. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) aplicar-se-á aos serviços de manutenção e suporte técnico previstos neste Termo de Referência.

VII.3.2. O IMR é baseado em um Fator de Qualidade (FQ), que consiste em indicador percentual obtido como resultado de avaliações periódicas executadas pela fiscalização do contrato ou comissão especialmente designada para este fim. A meta a ser atingida pelas empresas para o Fator de Qualidade é de 100%.

VII.3.3. Após a medição dos serviços, o valor a ser faturado pela empresa deverá ser adequado ao Fator de Qualidade apurado, conforme a seguinte fórmula:

**$VF = VM \times FQ$ , onde:**

**VF: Valor a ser faturado;**

**VM: Valor da Medição;**

**FQ: Fator de Qualidade.**

VII.3.4. Para a apuração do Fator de Qualidade serão avaliadas eventuais falhas na prestação dos serviços, que corresponderão as seguintes pontuações:

Falhas de Pouca Gravidade	1 ponto
Falhas de Natureza Grave	3 pontos
Falhas de Natureza Crítica	7 pontos

VII.3.5. Objeto de avaliação:

TIPO DE FALHA	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA
Falhas de Pouca Gravidade	Deixar de comunicar à fiscalização do contrato em caso de ocorrência de atrasos no atendimento por motivo fortuito/força maior, com a respectiva justificativa, dentro do prazo referente ao atendimento	Por ocorrência
Falhas de Natureza Grave	Deixar de comparecer em reunião agendada com mínimo de 48 horas de antecedência	Por ocorrência
Falhas de Natureza Crítica	Deixar de iniciar a manutenção do software de gerenciamento de ponto eletrônico em até 12 horas úteis a contar do recebimento do chamado	Por ocorrência

VII.3.6. Faixas de avaliação, conforme o número de pontos obtidos:

SOMA DE PONTOS NO MÊS	0 A 20 pontos	21 A 100 pontos	Acima de 100 pontos
CONCEITO	Bom	Regular	Ruim
FQ=FATOR DE QUALIDADE	100%	97,5%	95%

VII.3.7. Critérios de avaliação

- Será realizada uma avaliação após o encerramento de cada mês de prestação dos serviços;
- Cada avaliação será efetuada em amostra que compreenderá uma ou mais unidades do TRE/RJ dentre aquelas que integraram algum chamado para manutenção;
- A unidade aferida no mês anterior não servirá para a avaliação do mês corrente;
- A data de avaliação e as unidades selecionadas não serão previamente divulgadas à contratada;
- As avaliações deverão ser consignadas em processo SEI de fiscalização específico;
- Caso não haja possibilidade de avaliação em algum mês, o Fator de Qualidade será considerado 100%.

VII.3.8. O resultado de cada avaliação será objeto de relatório emitido pela fiscalização do contrato, incluindo as provas produzidas, e será entregue à contratada junto com a medição dos serviços.

VII.3.9. A empresa terá prazo de cinco dias úteis para manifestação.

VII.3.10. Os casos de recurso serão julgados pelo Gestor do Contrato.

VII.3.11. Após a consideração do Gestor sobre a manifestação da empresa, ou no caso de não manifestação, o fiscal do contrato formalizará o Fator de Qualidade, que será aplicado à medição do serviço.

## **VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

VIII.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante Pregão, na forma eletrônica, nos termos do Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de prestação de serviços comuns de tecnologia/serviços técnicos especializados comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital.

VIII.2. A empresa vencedora do certame deverá apresentar o atestado de capacidade técnica, demonstrando experiência com relógio de ponto biométrico e experiência com integração de sistemas correlatos à atividade de aferição de frequência.

VIII.3. Adotar-se-á o critério de julgamento pelo Menor Preço Global, buscando a proposta que apresente a maior vantajosidade econômica para o Tribunal, em conformidade com os valores identificados na pesquisa de mercado.

VIII.4. Oportuno justificar a não adoção de cotas de 25% dos itens, considerando que os mesmos não podem ser adquiridos separadamente, que causaria prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado ou qualidade do material e compatibilidade técnica, não sendo vantajoso para a administração pública, o qual deverá conter as mesmas características e especificações técnicas, sendo que a diferença entre os itens da contratação não é desejável e nem benéfica à padronização necessária.

VIII.5. A empresa vencedora do certame deverá cumprir as exigências de integração técnica com os relógios de ponto biométricos da marca Henry, modelo Primme Acesso SF e o sistema nacional FREQ, conforme detalhado no presente termo de referência, assim como cumprir a obrigatoriedade de suporte presencial, assegurando a eficácia da solução escolhida.

VIII.6. O prazo do contrato será de 05 (cinco) anos a contar da assinatura do contrato.

VIII.7. A empresa vencedora do certame deverá seguir as diretrizes do Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis do TRE-RJ, considerando que os itens normativos exatos aplicáveis à logística reversa de relógios de ponto e sobressalentes são:

- Item 23 (Pilhas e Baterias): Obriga a contratada a recolher e repassar ao fabricante as baterias internas de retenção de dados dos relógios biométricos substituídas durante as manutenções, atendendo ao art. 33, II, da Lei nº 12.305/10.
- Item 51 (Componentes em Garantia): Exige que a licitante indique expressamente no processo as providências operacionais e os responsáveis pela destinação ambiental final de placas lógicas e peças recolhidas em substituições.
- Item 4.1 (Declaração de Compromisso): Determina a inclusão de cláusula editalícia obrigando a empresa a apresentar declaração formal de que adotará sistema de logística reversa para os resíduos

pós-manutenção e embalagens gerados no Tribunal.

## **IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)**

### **IX.1. Unidade Gestora Responsável**

SGP/CGCAD

### **IX.2. Ação Orçamentária**

Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da JE

### **IX.3. Código do Item Orçamentário**

A contratação consta no Plano de Contratações Anual 2026 no item 68.

### **IX.4. Código CATSER**

25992

### **IX.5. Valor estimado da despesa**

O valor estimado da despesa constará de documento anexo I a este Termo de Referência.

## **X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

Não há restrição de acesso.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2026.

**RAPHAEL AUGUSTO PEREIRA DE AMORIM**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE FREQUÊNCIA**



Documento assinado eletronicamente em 22/05/2026, às 15:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MARCUS VINICIUS SOARES MONTEIRO**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 22/05/2026, às 19:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ERIKA RODRIGUES ALVES**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 25/05/2026, às 11:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**LEONARDO KARFUNKELSTEIN LIMA**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS**



Documento assinado eletronicamente em 25/05/2026, às 15:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5020852** e o código CRC **127396D7**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.